

## **MIGRAÇÃO RURAL-URBANA: DEBATES SOBRE A SUA ATUALIDADE<sup>1</sup>**

Yago Oliveira dos Santos <sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho acadêmico aborda a migração rural-urbana no Brasil, analisando sua relevância e atualidade. A introdução contextualiza o fenômeno no século XX, destacando o intenso processo de urbanização e os picos migratórios nas décadas de 1950-1970, com fluxos do Nordeste para o Sudeste. As motivações incluíram a estagnação e a modernização rural. A metodologia empregada é a análise teórico-bibliográfica, focando em estudos pós-década de 1980 para compreender as características, impactos e dinâmicas contemporâneas do fenômeno, bem como identificar perspectivas e tendências na literatura. Os resultados e discussões apontam que, embora a migração rural-urbana tenha sido central no século XX, o foco dos estudos migratórios se deslocou para as dinâmicas urbanas a partir da década de 1980. O artigo propõe retomar a discussão sobre a migração rural-urbana, especialmente no contexto do século XXI e sua ligação com o declínio populacional, explorando conceitos como despovoamento e envelhecimento populacional. As considerações finais reforçam a importância de investigar as causas e consequências da migração rural-urbana contemporânea para o desenvolvimento regional e a sustentabilidade socioeconômica no Brasil.

**Palavras-chave:** Migração Rural-Urbana, Declínio Populacional, Envelhecimento, Despovoamento

### **ABSTRACT**

The academic paper discusses rural-urban migration in Brazil, analyzing its relevance and current status. The introduction contextualizes the phenomenon in the 20th century, highlighting the intense process of urbanization and the migratory peaks in the 1950s-1970s, with flows from the Northeast to the Southeast. Motivations included rural stagnation and modernization. The methodology employed is a theoretical-bibliographic analysis, focusing on post-1980s studies to understand the contemporary characteristics, impacts, and dynamics of the phenomenon, as well as identifying perspectives and trends in the literature. The results and discussions point out that, although rural-urban migration was central in the 20th century, the focus of migratory studies shifted to urban dynamics starting in the 1980s. The article proposes to re-address the discussion on rural-urban migration, especially in the context of the 21st century and its link to population decline, exploring concepts such as depopulation and population aging. The final considerations reinforce the importance of investigating the causes and consequences of contemporary rural-urban migration for regional development and socioeconomic sustainability in Brazil.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo –FAPES – Edital Procap 24/2022

<sup>2</sup> Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, [yagooliveira485@email.com](mailto:yagooliveira485@email.com);



**Keywords:** Rural-Urban Migration, Population Decline, Population aging, Depopulation.

## INTRODUÇÃO

A saída de populações das áreas rurais rumo aos centros urbanos, fenômeno conhecido como migração rural-urbana, desempenhou um papel central no intenso processo de urbanização do Brasil durante o século XX.

As décadas de 1950 e 1960 foram o período de maior crescimento da população urbana no Brasil. Na década de 1950, a população urbana representava 36,16% do total, com maior concentração em São Paulo e Rio de Janeiro (Matos, 2012). A relevância do êxodo rural nesse período é notória, com o fluxo principal direcionado do Nordeste para o Sudeste. Entre as décadas de 1950 e 1960, a população urbana atingiu quase metade do total, chegando a 45% (Matos, 2012), impulsionada pelo aumento de 13,5 milhões de migrantes rurais (Martine & Camargo, 1984), caracterizando a década de 1960 como um período de redistribuição geral da população brasileira (Pacheco & Patarra, 1997), conforme apontam Brito, Horta e Amaral (2001).

Na década de 1970, o Brasil manteve elevadas taxas de emigração rural, com 15,6 milhões de pessoas migrando para as cidades, o que levou a população urbana a superar a rural, alcançando cerca de 53 milhões de habitantes, ou 56% do total (Brito; Horta; Amaral, 2001; Martine & Camargo, 1984). A motivação para essa saída do campo, conforme aponta Brito (2009), estava atrelada a transformações socioeconômicas no meio rural. Singer (1973) complementa essa perspectiva, explicando que a migração rural-urbana poderia ser uma consequência tanto da estagnação (baixo desenvolvimento e investimentos) quanto da modernização (substituição de mão de obra por máquinas e expropriação de terras), ambos os processos resultando na expulsão da população do campo.

Essa reorientação dos movimentos migratórios culminou no aumento da concentração populacional em cidades maiores, como São Paulo e Rio de Janeiro (Matos, 2012). Nesse contexto de grandes fluxos migratórios por todo o país, os estudos da época se concentraram majoritariamente na questão da migração rural-urbana, dadas as significativas transformações econômicas, sociais e políticas que impactavam tanto as pequenas quanto as grandes cidades.

Nesse contexto, após a década de 1980, com o avanço da urbanização, Brito (2015) afirma que as migrações passaram a seguir um novo padrão, caracterizado pela concentração dos fluxos migratórios em áreas urbanas. Assim, as migrações rural-urbana passam a serem menores.



Com a mudança no padrão migratório e a multiplicidade de fluxos ocorrendo simultaneamente no Brasil, concentrando-se, em grande parte, nas áreas urbanas (Baeninger, 2011), os estudos sobre a migração rural-urbana passaram a receber menos destaque nas análises populacionais. Diante desse cenário, este artigo propõe retomar as discussões acerca da migração rural-urbana, buscando refletir sobre sua relevância e atualidade no contexto dos estudos migratórios.

A justificativa para um artigo sobre a migração rural-urbana na atualidade reside em sua persistente relevância e nas significativas reconfigurações que o fenômeno tem apresentado no século XXI. Apesar da intensa urbanização ocorrida no século XX, os fluxos migratórios do campo para a cidade continuam a moldar a dinâmica populacional e socioeconômica de diversos países, incluindo o Brasil. Assim, o objetivo deste artigo é analisar a atualidade da migração rural-urbana, explorando suas novas facetas e os debates teóricos e empíricos relevantes.

A metodologia desta pesquisa se fundamenta em uma análise teórico-bibliográfica da migração rural-urbana, para compreender o debate pós-década de 1980. Serão explorados estudos que abordam as características, os impactos e as dinâmicas contemporâneas desse fenômeno. A análise buscará identificar as principais perspectivas e tendências na literatura sobre migração rural-urbana.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa adota uma metodologia de análise bibliográfica com o objetivo de compreender a migração rural-urbana como um fenômeno histórico de grande relevância tanto em escala global quanto no contexto brasileiro, especialmente no que concerne aos processos de desenvolvimento e urbanização. Dada a persistência e a reconfiguração deste movimento migratório no século XXI, esta investigação se justifica pela atualidade do debate em face das novas dinâmicas e desafios emergentes.

A análise se concentrará na exploração de trabalhos acadêmicos que abordam as principais características da migração rural-urbana, seus impactos multifacetados (econômicos, sociais, ambientais e culturais) e os debates contemporâneos que permeiam o tema. Serão examinadas diferentes perspectivas teóricas e estudos de caso que buscam elucidar as causas, os fluxos e as consequências desta forma de mobilidade populacional.



A metodologia proposta envolve, portanto, a identificação e a análise crítica de uma seleção de literatura relevante, incluindo artigos científicos, livros e outras publicações que ofereçam visões sobre a evolução, as particularidades e os desafios atuais da migração rural-urbana. O objetivo é delinear um panorama do conhecimento existente, identificar as principais tendências de pesquisa e apontar possíveis lacunas e novas direções para futuras investigações.

## **UMA ANÁLISE A PARTIR DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

A segunda metade do século XX foi um período de profunda mudança estrutural na sociedade brasileira, marcada por uma expressiva expansão urbana. Este processo foi impulsionado pelas migrações internas, um fenômeno recente e intrinsecamente ligado a variáveis econômicas, políticas e sociais (Brito, 2006). O intenso crescimento demográfico das áreas urbanas, superior ao crescimento natural, demonstra a centralidade da migração rural-urbana nesse período (Durham, 1984, p. 20).

O pico do adensamento populacional urbano concentrou-se nas duas primeiras décadas (1950 e 1960) (Brito, Horta e Amaral, 2001). Em 1950, 36,16% da população brasileira residia em áreas urbanas, com a maior concentração nos eixos São Paulo–Rio de Janeiro (Matos, 2012). O êxodo rural ganhou relevância a partir de 1950, quando cerca de um terço da população rural se deslocava para as cidades. O eixo de maior destaque era o inter-regional, com vastos contingentes do Nordeste se dirigindo ao Sudeste. Nas demais regiões, a mobilidade caracterizava-se por fluxos intrarregionais (Camarano; Abramovay, 1999).

A causa primária do deslocamento rural não era a atratividade das metrópoles, mas sim a expulsão gerada pelas transformações socioeconômicas no campo (Brito, 2009). A migração rural-urbana era vista como resultado da estagnação (baixo desenvolvimento) ou da modernização (que promovia a mecanização e a expropriação de terras) (Singer, 1973). A saturação das fronteiras agrícolas também reorientou os movimentos, intensificando a concentração populacional nos grandes centros (Matos, 2012; Baeninger, 2012).

Em face dos deslocamentos, os estudos demográficos da época concentravam-se predominantemente na questão rural-urbana. Contudo, a década de 1980 representou um ponto de inflexão, sinalizando a emergência de um novo padrão migratório (Pacheco; Patarra, 1997).



A crise econômica do início dos anos 80 pode ter amortecido as migrações de longa distância, conferindo maior peso aos movimentos de curta distância. Assim, após o declínio dos fluxos rural-urbanos, houve uma notável intensificação das migrações urbano-urbano (Vale; Lima; Bonfim, 2012).

Já na década de 90 o cenário se tornou mais heterogêneo, com a retomada da emigração ao nível nacional e um aumento da imigração em antigas zonas de repulsão demográfica, como Minas Gerais, o Sul e áreas de antigas fronteiras agrícolas (Cunha; Baeninger, 2005; Brito, 2016). No final do século XX e início do XXI, a redução da migração interestadual não indicou estagnação, mas sim a manifestação de novos arranjos na mobilidade interna (Baeninger, 2016).

No início do século XXI, após décadas de intensas mudanças, a dinâmica migratória se complexificou. Os antigos polos de atração (São Paulo e Rio de Janeiro) se converteram em áreas de perdas migratórias (Baeninger, 2016, p. 8). Os fluxos atuais se mostram mais intrincados, o que compromete a eficácia das análises migratórias tradicionais (Baeninger, 2016). Essa complexidade impõe a necessidade de enfrentar desafios teórico-metodológicos para a compreensão da mobilidade espacial da população (Domenach, 2011). É crucial a elaboração de um novo paradigma que aborde o direito fundamental de ir e vir no território (Brito, 2009).

Embora a migração rural-urbana tenha sido o eixo central dos estudos demográficos, geográficos sociológicos ao longo do século XX, em face de sua relevância para a urbanização acelerada do Brasil, a partir da década de 1980, houve um notável deslocamento do foco de pesquisa. Com a consolidação do padrão urbano-urbano e a diminuição dos grandes fluxos do campo para as cidades, o interesse acadêmico se voltou predominantemente para as novas dinâmicas intraurbanas, as migrações de retorno e as complexidades dos movimentos inter-regionais renovados.

Consequentemente, a migração rural-urbana contemporânea, apesar de ainda existir e possuir implicações vitais para o desenvolvimento regional, a agricultura familiar e o fenômeno do despovoamento em certas localidades, passou a ser uma temática menos investigada, correndo o risco de subestimar suas causas e consequências no contexto do século XXI.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**



O processo de povoar e aglomerar espacialmente as populações são fenômenos amplamente estudados. No contexto brasileiro do século XX, observaram-se importantes movimentos internos da população que impulsionaram tanto o crescimento das grandes cidades quanto o esvaziamento populacional das áreas rurais, um fenômeno conhecido como êxodo rural ou movimento rural-urbano (Singer, 1973; Becker, 1973; Dota, 2012; Baeninger, 2012; Pacheco & Patarra, 1997; Martine & Camargo, 1984).

No Brasil, as discussões sobre a migração rural-urbana ganharam destaque especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, período marcado por intensos fluxos populacionais do campo para os centros urbanos (Martine; Camargo, 1984; Brito, Horta; Amaral, 2001). Consequentemente, os estudos migratórios concentraram-se significativamente nessa modalidade de deslocamento, gerando uma vasta produção acadêmica. Contudo, a partir da década de 1980 e no início do século XXI, o foco das análises populacionais deslocou-se para as dinâmicas urbanas. As questões rurais, quando abordadas, frequentemente foram associadas aos debates urbanos, perdendo protagonismo nos estudos migratórios.

A vasta literatura sobre áreas de crescimento populacional, particularmente em regiões metropolitanas, contrasta com a menor atenção dedicada a um fenômeno demográfico igualmente relevante: a redução populacional. Enquanto os estudos sobre o aumento da população são extensos, a dinâmica e as consequências da diminuição do número de habitantes em certas áreas carecem de maior investigação.

A análise da migração rural-urbana contemporânea tem adquirido novas dimensões, especialmente em nível internacional. O fenômeno vem sendo discutido sob conceitos mais amplos e dinâmicos, buscando compreender suas transformações recentes e os novos contextos sociais, econômicos e espaciais nos quais se manifesta. A compreensão da redução populacional, portanto, pode se beneficiar dessas novas abordagens teóricas e empíricas desenvolvidas em outros contextos geográficos (Makkonen, Inkinen e Rautiainen, 2022). A investigação das áreas que experimentam declínio populacional representa, assim, uma importante fronteira para os estudos demográficos atuais.

Assim alguns conceitos como despovoamento (depopulation), esvaziamento populacional, declínio populacional (population decline) e encolhimento populacional (population shrinkage) tem sido utilizados para discutir e compreender o fenômeno. Esta questão demográfica caracteriza-se pelo declínio contínuo da população residente em uma dada área geográfica, resultante, primordialmente, de elevados índices de emigração, impactando diretamente a dinâmica demográfica local.



A prevalência de jovens entre os emigrantes acentua o envelhecimento populacional dessas áreas, concomitantemente à redução das taxas de natalidade e ao aumento das taxas de mortalidade, comprometendo, desse modo, a sustentabilidade do crescimento populacional (Braga & Matos, 2020; Alamá-Sabater et al., 2021; Brinco, 2021; Makkonen, Inkinen e Rautiainen (2022).

O debate acerca da redução e do declínio populacional, embora consolidado nos contextos europeu e asiático, exige uma abordagem cautelosa e diferenciada ao ser pensada para a realidade brasileira. Conforme Braga e Matos (2020), as notáveis disparidades socioeconômicas e a dimensão territorial do Brasil impedem a simples replicação de modelos analíticos internacionais. Assim, a discussão sobre o despovoamento no país deve transcender a análise meramente demográfica, ancorando-se fundamentalmente em uma perspectiva territorial que contemple a intensa redistribuição populacional, sendo o envelhecimento uma variável demográfica central neste quadro.

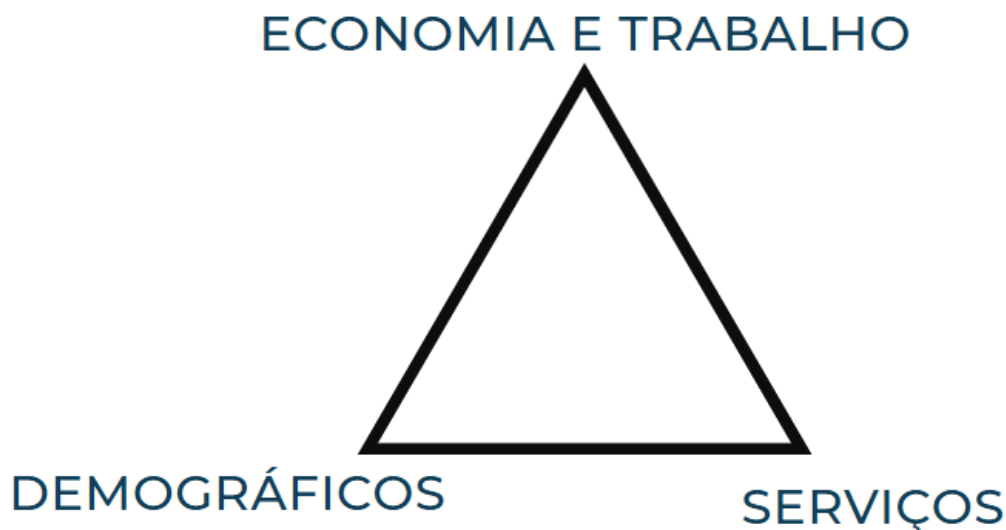
Apesar da relevância implícita do tema, a redução populacional é, paradoxalmente, tratada como um assunto periférico no campo acadêmico brasileiro. Uma análise bibliométrica revela a escassez de trabalhos que utilizam explicitamente termos como despovoamento ou encolhimento populacional. Quando o tema é tangenciado, geralmente sob o termo esvaziamento populacional, os estudos frequentemente remetem às consequências do êxodo rural do século XX, como a saída expressiva de habitantes de áreas não metropolitanas, a exemplo dos municípios afetados pelas políticas de erradicação de cafezais (França et. al., 2011; Dadalto e Dota, 2023).

Ainda que a produção acadêmica seja limitada, o panorama atual sugere um foco geográfico específico. Observa-se que a maioria dos estudos compilados concentra-se em municípios da Região Sul do Brasil. Essa concentração aponta para uma provável correlação direta com o estágio mais avançado da transição demográfica nesta região, onde as baixas taxas de fecundidade e a emigração histórica se combinam para gerar saldos populacionais negativos (Castiglioni, 2020).

Essa concentração regional reforça a necessidade de uma análise não generalista. Braga e Matos (2020) insistem que o despovoamento brasileiro deve ser compreendido como um fenômeno de natureza regional, e não territorialmente uniforme, devido à marcante heterogeneidade do país. Ignorar as particularidades regionais, como o crescimento populacional ainda notável em cidades pequenas de Minas Gerais (Gomes, Matos e Lobo, 2020), resultaria em diagnósticos imprecisos e na formulação de políticas públicas descontextualizadas.



Figura 1. Os três pilares para a discussão no século XXI



Fonte: Elaboração pelo autor

A influência da redução populacional sobre o espaço geográfico é examinada por meio de três pilares de impacto: demografia, economia e serviços (Figura 1). Embora cada consequência seja estudada separadamente para delinear seus efeitos territoriais isolados, é inegável a forte correlação entre elas. A bibliografia demonstra que as implicações dessa redução frequentemente atuam como um ciclo de causa e efeito, o que ressalta a importância de desenvolver estudos especializados para uma análise mais completa e pormenorizada de cada manifestação do fenômeno.

Em suma, a questão da redução populacional no Brasil é incipiente, mas emergente, como demonstra o trabalho de Almeida (2024), que utiliza dados recentes do Censo 2022 para mapear cidades em encolhimento. O avanço do debate exige um maior aprofundamento teórico-metodológico, a utilização sistemática de dados censitários desagregados e a superação da tendência de focar nos reflexos do passado. A transição demográfica em curso e o consequente envelhecimento populacional impõem a urgência de que a pesquisa nacional abrace o estudo do despovoamento, tratando-o com a especificidade e a cautela que a diversidade regional do Brasil demanda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a análise apresentada ressalta a centralidade da migração rural-urbana como motor da urbanização brasileira no século XX, com picos significativos nas décadas de 1950-1970, marcadas por intensos fluxos populacionais do campo para as cidades. As



motivações para esses deslocamentos evoluíram, desde a busca por melhores oportunidades até a expulsão do campo devido à modernização agrícola e à estagnação econômica. Esse período gerou um robusto corpo de estudos que buscavam compreender as transformações socioeconômicas e políticas decorrentes desse fenômeno em escala nacional.

Contudo, a partir da década de 1980, o padrão migratório no Brasil sofreu uma inflexão, com a concentração dos fluxos migratórios predominantemente em áreas urbanas, o que levou a uma relativa diminuição do foco nos estudos sobre a migração rural-urbana. Diante dessa mudança de cenário e da emergência de novas dinâmicas migratórias, o presente artigo propõe uma retomada da discussão sobre a relevância e a atualidade da migração rural-urbana, especialmente considerando as reconfigurações que o fenômeno apresenta no século XXI e sua intrínseca ligação com o entendimento do declínio populacional em certas áreas.

Ao reconhecer a complexidade da migração rural-urbana contemporânea, bem como a influência de novos fatores como as mudanças ambientais e tecnológicas, a investigação sobre suas causas e consequências se mostra fundamental. A análise da redução populacional, um fenômeno demográfico de crescente importância, pode se beneficiar das novas perspectivas teóricas e empíricas desenvolvidas no estudo da migração rural-urbana em diferentes contextos, para a compreensão e o enfrentamento dos desafios relacionados ao desenvolvimento regional e à sustentabilidade socioeconômica no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População– Nepo/Unicamp, 2011.

BAENINGER, R. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. REMHU (Brasília), v. 27, p. 38-57, 2012.

BECKER, B. K. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 35, n. 4, p. 107-132, jul./set., 1973b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: 15/08/2022

BRAGA, F. G.; MATOS, R. E. S. ¿ Hay despoblación en el Brasil? Relaciones entre crecimiento demográfico, envejecimiento, migración e integración competitiva. Notas de Población, 2020.



BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, v. 20, 2009.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Estudos Avançados, v. 20, n. 57, p. 221-236, 2006.

BRITO, F.; HORTA, C. J. G.; AMARAL, E. F. de L. A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas. In: XXIV IUSSP General Conference. 2001. p. 168- 184.

BRINCO, J. M. P. M.. Aldeias Históricas de Portugal. Uma proposta para Reabilitar o Interior de Portugal. 2021. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra.

CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. 1999.

DOMENACH, Hervé. Movilidad espacial de la población: desafios teóricos y metodológicos. IN: CUNHA, José Marcos P. Mobilidade espacial da população. Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: NEPO/UNICAMP, p. 33-44, 2011.

DOTA, E. M. Desigualdades e migração: como elas se interrelacionam no contexto atual?. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, p. 60-80, 2012.

DURHAM, E. R. A caminho da cidade. 3ª. 1984.

MAKKONEN, T.; INKINEN, T.; RAUTIAINEN, S. Mapping spatio-temporal variations of shrinkage in Finland. Fennia 2002, 137–156.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. Revista Brasileira de Estudos de População, [S. l.], v. 1, n. 1/2, p. 99–144, 1984. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/5>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MATOS, R. Migração e urbanização no Brasil. Revista Geografias, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 7–23, 2012. DOI: 10.35699/2237-549X.13326. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13326>. Acesso em: 29 abr. 2025.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões. In: PATARRA, N. L. et al (Org.). Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993. Campinas: IE/UNICAMP, 1997

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (org.) Economia política da urbanização, 1973.

VALE, A. L. F; LIMA, L. C; BONFIM, M. G. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. Textos e Debates, n. 7, 2004.